

ECONOMIA
Como garantir
alcançar bons
rendimentos?)) 4



ARTIGO
Não há
sucessor de
Francisco)) 2



SAÚDE
Vacinas de
HPV são
seguras)) 5



110 mil réus por tráfico poderiam ter pena reduzida

CNJ analisou a situação de 378 mil pessoas condenadas sob a Lei de Drogas, segundo dados de abril de 2024 do Sistema Eletrônico de Execuções Unificado)) 3



RAPHAEL CÂMARA

A questão do Conclave

Ninguém sucederá a Francisco. Todos sucedem a Pedro. A análise muito imanente das religiões tenta separar a vida espiritual da vida corrente, sem considerar que ambas dimensões guardam profunda e cuidadosa coerência. Pessoas devotadas a Deus – verdadeiramente e definitivamente devotadas a Deus – replicam nos escritórios, nas oficinas, nos gabinetes e nas ruas, a mesma oração que fizeram no escuro de seus quartos.

Fazem política e tomam decisões importantes. Cuidam dos filhos e lavam a louça. Envia mensagens pelo whatsapp e fazem exercícios com a mesma submissão ao poder divino, seja qual for a profissão da fé. Quem põe a mão no arado não deve olhar para trás e, em regra, não olha mesmo. Tropeçam, caem e cansam. Mas seguem em frente. É uma decisão definitiva.

Esses homens que estão lá, agora, todos em ordem de dignidade e vestidos de púrpura, podem e devem conversar entre si, tratar do mundo, da política, das guerras civis. São homens desse tempo e de todos os lugares da Terra dividindo experiências próprias, tristes ou felizes. Mas silenciosamente, cumprindo liturgias intermináveis, nos extremos de su-

as vidas já próximas do ocaso, escolherão o outro Pedro com a mesma simplicidade com que fizeram a liturgia das horas minutos antes.

A apoteose é nossa. Só nossa. Para eles, que acabaram de se despedir de Pedro e já se metem a buscar outro pescador, a escolha é simples como é simples a vida terrena e finita. É só mais um para jogar as redes

até que o dono da barca volte e encontre tudo limpo e arrumado. O líder de bilhões de fiéis é um Pedro. O mesmo impetuoso e corajoso Pedro. Aquele que chora copiosamente e ri largamente. O pobrezinho amigo do Senhor.

No fim das contas, quando subir a fumaça branca, esses moços voltam para suas casas e deixam Pedro por lá, pescan-

do em águas profundas até que tudo se acabe e até que tudo recomece, se por aqui ainda estiverem.

Nos também seguiremos e aprenderemos a amar Pedro. Tudo de novo. Entre erros e acertos, caminharemos nesse plano inclinado, pescando e sendo pescados. A certeza mesmo é que a pedra está lá, para sempre.

Para sempre a mesma pedra.

Publicação Legal é aqui

<https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>

Contato:

bianca@eshoje.com.br

27 2180-0678



100 mil réus por tráfico podem ter penas reduzidas

Tráfico privilegiado é uma modalidade que altera a abordagem ao crime de tráfico de drogas

Um levantamento inédito feito pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aponta que cerca até 110 mil pessoas que foram condenadas por tráfico de drogas não tinham antecedentes criminais e poderiam ter sua pena revista para tráfico privilegiado.

Nesta modalidade, o tempo de prisão pode ficar abaixo de cinco anos, o que permite a substituição da detenção por outras medidas. Essa possibilidade é apontada pelo próprio conselho como uma forma de enfrentar a superlotação e as condições degradantes dos presídios brasileiros.

Para ser enquadrado como tráfico privilegiado, a pessoa deve ser réu primário, tem bons antecedentes e não ter participação em outras atividades criminosas ou ligação com o crime organizado.

O relatório do CNJ analisou a situação de 378 mil pessoas condenadas sob a Lei de Drogas, segundo dados de abril de 2024 do Seeu (Sistema Eletrônico de Execuções Unificado). As informações de São Paulo, unidade federativa com a maior população prisional do país, não constam no estudo porque a integração das informações do Judiciário paulista no sistema começou apenas em julho do ano passado.

Desse total, 29% dos presos (110 mil) eram réus primários, e portanto, teoricamente poderiam ter sido condenados a tráfico privilegiado. O estudo não conseguiu analisar se essas pessoas também cumpriam os ou-

tros critérios, uma vez que essas informações não constam no sistema.

Por isso, o relatório defende que os casos de tráfico privilegiado sejam identificados e cadastrados desde as audiências de custódia, na entrada no sistema de Justiça, logo após as prisões.

Um caso que ilustra a revisão da pena é o de Raphael Teles. Quando tinha 18 anos, ele levava um amigo na garupa de uma moto após um passeio para uma cachoeira na região de Atibaia (SP). Como não tinha habilitação para conduzir o veículo, o jovem tapou a placa.

No caminho, porém, a dupla se deparou com uma blitz, e passou direto por ela, sem parar. Eles foram então perseguidos por guarda-civis, que prenderam a dupla. O caso ocorreu aconteceu em janeiro de 2023.

Na delegacia, mais de cinco horas depois da abordagem, Raphael foi acusado de ter jogado num matagal durante a perseguição uma sacola com diferentes tipos de drogas, que teria sido recuperada por um dos guardas. A defesa e a família do jovem negam e dizem não ter visto a sacola nem na delegacia.

Preso desde o dia da abordagem, ele foi julgado em 5 de abril daquele ano e condenado a seis anos e quatro meses de prisão por tráfico de drogas, desobediência e lesão corporal (porque um agente se feriu durante a perseguição), mais pagamento de pena de multa. Seu amigo também recebeu uma sentença de seis anos.

O advogado de Raphael entrou



DIVULGAÇÃO

O relatório do CNJ aponta que 29% dos presos são réus primários e, tecnicamente, poderia ter revisão

com um pedido de habeas corpus, mas ele foi negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Outro recurso foi feito, então, no STF (Supremo Tribunal Federal). A decisão do ministro André Mendonça de julho do ano passado determinou que a condenação fosse alterada para tráfico privilegiado, já que o jovem pre-

enchia os critérios. Ele, então, passou a cumprir a pena em regime aberto.

Apesar disso, sua mãe, a artesã e empreendedora Suzette Teles, 53, diz que a vida de Raphael ainda é prejudicada pela condenação. "Num dos empregos que ele teve depois da penitenciária, acusaram de roubar uma cum-

buca de morango. Ele ganhou de uma pessoa e o gerente achou que havia roubado", afirma ela. O jovem também passou a tomar medicação para enfrentar crises de ansiedade. A defesa pretende, agora, incluir seu caso no indulto presidencial de 2023, para extinguir a pena de multa e sua punibilidade.

Tipificação gera divergência na Justiça

A APLICAÇÃO do tráfico privilegiado ainda não é consensual na Justiça, e essa condenação ainda pode levar à cadeia. Isso apesar do STF ter publicado em 2023 uma súmula vinculante que tornou obrigatória a aplicação do regime aberto e a substituição da prisão por restrição de direitos nesses casos.

Foi o que ocorreu com o dono de uma tabacaria no interior de São Paulo, indiciado em 2019 por tráfico após denúncias feitas à polícia, que revistou sua casa e o estabelecimento. Foram encontrados oito gramas de maconha - seis em casa, dois na loja -Diverg³, que ele alegou serem de uso pessoal. A polícia também achou R\$

72 e uma balança na tabacaria.

Réu primário, o empresário respondia o processo em liberdade, mas acabou condenado a quatro anos e dois meses de prisão, apesar do enquadramento como tráfico privilegiado, o que o levaria ao regime semiaberto.

Foragido por um ano e meio, ele conseguiu, por meio da defesa, a conversão da pena para um ano e oito meses de serviços comunitários, que cumpriu. Em agosto de 2024, ele teve a punibilidade extinta após ter o benefício do indulto presidencial. Deixou, no entanto, o ramo de tabacaria e o ativismo sobre maconha.

Ao longo do tempo, a aplicação de tráfico privilegiado nos

processos relacionados a drogas tem crescido. Em 2014, eram 1.897 processos na modalidade, ante 12.863 sem a condição. O número chegou a 9.263 processos em 2022, ante 33.643 sem a característica. Na distribuição por gênero, a condenação sob a modalidade é de 33% para pessoas do sexo feminino e de 25,2% entre pessoas do sexo masculino, segundo dados de agosto de 2023.

Segundo o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, o tema de drogas é um dos que mais tem impactado o aumento no número

de prisões no Brasil.

"A prisão de pessoas que poderiam, em tese, receber outras penas segundo a legislação, como é o caso da pena por tráfico privilegiado, é um dos fatores que tem contribuído com a situação inconstitucional nas prisões brasileiras reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal."

Dados do boletim do CNJ indicam que, em agosto de 2023, dentre as 370.288 pessoas que respondiam a processos relacionados ao tráfico de drogas, 96.713 (26%) tinham a tipificação de tráfico privilegiado.

O reconhecimento da modalidade privilegiada ainda depende dos outros requisitos de ante-

cedentes, atividade criminosa e relação com crime organizado. O relatório do CNJ cita um estudo do Ipea de 2019 que mostra que as decisões sobre esses critérios muitas vezes são vagas, diz Luís Lanfredi,

"Esse estudo aponta que a principal razão para o afastamento do tráfico privilegiado pelo Judiciário é o fundamento 'relativamente vago' de que o réu se dedica a atividades criminosas, com 47,6% das decisões", afirma. Ainda de acordo com ele, novas diretrizes para padronizar informações e a tomada de decisão sobre a modalidade estão em estudo e devem ser lançadas ainda neste ano.

Qual a melhor maneira de o dinheiro render?

Cofrinhos de ajudam a organizar finanças, mas não substituem investimentos de longo prazo

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
Redação Multimídia

Cada vez mais comuns em aplicativos bancários, as caixinhas e os cofrinhos digitais surgem como alternativas para quem deseja poupar e organizar a renda. O recurso permite separar valores de acordo com objetivos específicos, como viagens, emergências ou a compra de bens.

Em muitos casos, o dinheiro alocado nessas ferramentas pode ser automaticamente investido em produtos de renda fixa, o que é melhor do que deixá-lo parado na conta-corrente, sem retorno.

Instituições financeiras apontaram as principais regras de produtos do tipo "cofrinho". Quase todas têm liquidez diária, adesão simples e aplicações a partir de R\$ 0,01. O Mercado Pago oferece até 112% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) para quem cumpre determinadas metas, e o Neon, até 130% do CDI em campanhas promocionais. O PicPay permite transformar o valor guardado em limite de crédito, com rentabilidade de 102% do CDI.

Para André Peniche, diretor de expansão da M&P Capital Investments Group, o recurso é uma forma prática de poupar e investir sem sair do ambiente do aplicativo bancário. Mas ainda que ofereça rendimento, sua principal proposta é ajudar o usuário a organizar as finanças com metas específicas. Dessa forma, funciona como uma porta de entrada para o mundo dos investimentos, mas não deve substituir um portfólio diversificado no longo prazo, afirma.

Entre as principais desvantagens dessas soluções está a baixa rentabilidade em comparação com outros produtos que exigem um pouco mais de conhecimento, diz o especialista. Além disso, o especialista afirma que, como a interface é simplificada, o consumidor pode não perceber exatamente onde o dinheiro está investido, o que reduz a consciência sobre riscos, prazos e condições de resgate.

O especialista diz que muitas caixinhas são lastreadas em produtos como CDBs de liquidez diária ou fundos de renda fixa conservadora. Assim, a principal diferença está na forma de apresentação e na facilidade de uso, e não no produto financeiro em si.

Segundo o Peniche, investimentos tradicionais, como CDBs (Certificado de Depósito Bancário), Tesouro Direto ou fundos, exigem maior conhecimento técnico.



DIVULGAÇÃO

A baixa rentabilidade e o impacto no limite do cartão de crédito são levados em consideração

Educação financeira

ANDRÉ PENICHE diz que os investidores não devem abrir mão de aprender sobre temas ligados à educação financeira como perfil de risco, horizonte de investimento e objetivos patrimoniais para utilizar essas soluções como complementos estratégicos, e não como únicas formas de construção de patrimônio.

As caixinhas, por serem voltadas para investidores de perfil conservador, geralmente são lastreadas em produtos como CDBs ou RDBs (Recibos de Depósito Bancário) emitidos pela própria instituição financeira.

Esses investimentos contam com a cobertura do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) até o limite de R\$ 250 mil por CPF e por instituição, oferecendo proteção contra a falência de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central.

Para o diretor de expansão da M&P Group, no entanto, é fundamental verificar onde exatamente o dinheiro está sendo aplicado. "Se estiver em fundos de investimento, por exemplo, não há cobertura do FGC, e o risco dependerá da composição da carteira do fundo", diz. O Tesouro Direto não é coberto pelo fundo. (Folhapress)

COMO FUNCIONA EM BANCO?

CAIXA - "CONTA COM INVESTIMENTOS"

- É preciso fazer adesão? Sim
- Rentabilidade anual: As taxas variam de acordo com o total investido, o prazo do investimento e a reciprocidade relacional do cliente com a Caixa
- Carência: Não há, o Fundo de Renda Fixa tem liquidez diária
- Valor mínimo para investir: R\$ 0,01 e não há valor máximo
- O valor investido não impacta no limite do cartão de crédito

BRADESCO - "INVESTIMENTO POR OBJETIVOS"

- É preciso fazer adesão? Sim
- Rentabilidade: 100% do CDI
- Carência: Não há, o CDB tem liquidez diária
- Valor mínimo para investir: R\$ 1 e não há valor máximo

- Como funciona? O cliente pode definir um objetivo (como guardar R\$ 2.000 para uma viagem) e é opcional fazer a aplicação naquele momento ou em uma situação mais conveniente
- O valor investido não impacta

ITAÚ - "COFRINHOS"

- É preciso fazer adesão? Sim
- Rentabilidade: 100% do CDI
- Carência: O dinheiro de novas aplicações no CDB precisa ficar guardado até o próximo dia útil. Após isso, a liquidez de resgate é imediata. Caso o cliente precise do dinheiro antes desse prazo, ele pode pedir o cancelamento do depósito que estiver em processamento

- Valor mínimo para investir: R\$ 1 e não há valor máximo

- Como funciona? Basta acessar o serviço na página inicial ou no menu de produtos, criar um objetivo e começar a guardar dinheiro

- O valor investido não impacta no limite do cartão de crédito

BB - "COFRINHO BB"

- É preciso fazer adesão? Sim, a adesão é gratuita e pode ser feita nas agências ou pelos canais de autoatendimento
- Rentabilidade: A solução internaliza os investimentos no BB Renda Fixa Simples Reserva (fundo de investimento), com taxa de administração de 0,5% ao ano. A política do fundo é investir pelo menos 95% dos recursos em títulos públicos federais
- Carência: Tanto as aplicações quanto os resgates podem ser realizados a qualquer momento

- Valor mínimo para investir: R\$ 0,01 e não há valor máximo

- Como funciona? O Cofrinho BB está disponível para menores de idade por meio da conta BB Cash e em breve será disponibilizado para o público em geral

- O valor investido não impacta no limite do cartão de crédito, mas são aceitos como garantia valores aplicados em outros 12 fundos de investimentos diferentes

PICPAY - "COFRINHOS"

- É preciso fazer adesão? Sim
- Rentabilidade: 102% do CDI
- Carência: Não há, o CDB tem liquidez diária
- Valor mínimo para investir: R\$ 1 e não há valor máximo
- Como funciona? O usuário precisa criar um cofrinho dentro do aplicativo, definir o valor a ser guardado e o objetivo
- O valor guardado no Cofrinho do Cartão vira limite de crédito no PicPay Card. Cada cliente tem um multiplicador personalizado, que pode chegar a 1,5 vez do guardado

Vacinas contra HPV no posto ou em clínicas?

Conheça diferença entre os imunizantes disponíveis no Brasil e entenda que todos são seguros

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

FOTOS:

Desde que o novo imunizante contra o HPV (papilomavírus humano) chegou aos laboratórios privados no Brasil, crescem as dúvidas sobre as diferenças entre essa vacina nonavalente, conhecida como Gardasil 9, e a versão quadrivalente, que é aplicada na rede pública.

A vacina aplicada pelo SUS (Sistema Único de Saúde) protege contra quatro tipos do vírus: os tipos 16 e 18, responsáveis por 70% dos tipos de câncer de colo de útero no mundo, e os tipos 6 e 11, causadores de lesões genitais. O novo imunizante, disponível apenas na rede privada, inclui a proteção contra outros cinco tipos: 31, 33, 45, 52 e 58, além dos quatro incluídos na vacina quadrivalente.

A nonavalente aumenta em cerca de 10% a proteção contra todos os tipos de câncer causados pelo vírus do HPV, segundo a SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações). No caso do câncer de colo de útero, o ganho de proteção é de cerca de 20%.

Sociedades médicas como a SBIm e a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) recomendam o uso preferencial da Gardasil 9 devido à alta eficácia no sistema imunológico. "É possível que daqui a alguns anos aconteça o acordo de transferência tecnológica e o Ministério da Saúde migre para a vacina nonavalente", afirma Mônica Levi, presidente da SBIm.

No entanto, ainda não há previsão para a incorporação da nonavalente no Plano Nacional de Imunizações. A MSD Brasil, fabricante da Gardasil 9, diz que iniciou os primeiros passos para a análise do custo-efetividade junto aos órgãos responsáveis.

NONAVALENTE

Apesar da maior proteção da nonavalente, não é necessário que pessoas já imunizadas com a quadrivalente se vacinem novamente, segundo o Ministério da Saúde. A pasta afirma que a vacina quadrivalente protege contra os tipos mais prevalentes de câncer causados pelo papilomavírus humano.

"Em termos de políticas públicas, o caminho para eliminar o câncer de colo de útero depen-



Nonaavalente tem, potencialmente, mais proteção; mas quadrivalente protege contra os tipos mais prevalentes de cânceres, garante SUS

de muito mais da alta cobertura vacinal, para que o vírus deixe de circular entre as pessoas, do que um esquema de mais doses ou uso da nonavalente", afirma Mônica Levi.

Outra diferença é a estratégia de vacinação utilizada em cada imunizante. Em 2024, o Governo Federal passou a adotar dose única da vacina contra o HPV, com o objetivo de ampliar a cobertura vacinal, que vinha diminuindo, especialmente entre os meninos.

A mudança segue a recomendação da OMS (Organização Mundial da Saúde), baseada em estudos segundo os quais uma dose única da vacina contra o HPV é al-

tamente eficaz na eliminação do câncer de colo de útero.

Na rede privada, são aplicadas três doses da Gardasil 9, a fim de aumentar a proteção individual. Enquanto a quadrivalente é oferecida de forma gratuita pelo SUS, o preço médio de cada dose da nonavalente é de R\$ 900.

No último ano, 82,58% das meninas de 9 a 14 anos foram imunizadas contra o HPV, segundo a Rede Nacional de Dados em Saúde. Entre os meninos da mesma faixa etária, a taxa foi de 67,03%. Apesar do aumento da cobertura vacinal, os índices ainda estão abaixo da meta de 90% estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Saiba quem pode vacinar

NO SUS, a vacina quadrivalente é indicada para adolescentes de 9 a 14 anos. Este ano, o Ministério da Saúde passou a incluir temporariamente os jovens não vacinados de quinze a 19 anos.

A quadrivalente também está disponível na rede pública para pessoas imunocomprometidas (com HIV, transplantadas e pacientes oncológicos) e vítimas de violência sexual entre 9 e 45 anos.

Além disso, pessoas com papilomatose respiratória recorrente a partir dos 2 anos e usuários de PrEP (profilaxia de pré-exposição ao HIV) entre 15 e 45 anos também podem se imunizar de forma gratuita.

Na rede privada, pessoas de 9 a 45 anos sem comorbidades também podem se vacinar. Fora dessa faixa etária, a indicação é "off-label", podendo trazer benefícios, mas fica a critério do profissional médico.